

EDITORIAL

Governo com pés de barro

A final é possível dar vida a um cadáver. Como no romance de terror de Mary Shelley, o clássico *Frankenstein*, também Cavaco Silva conseguiu insuflar vida num morto. A crise política que durante estas quase duas semanas abalou o país e estremeceu os sempre temidos mercados financeiros, foi o tempo de que Cavaco Silva precisou para anestesiar a opinião pública com a encenação de audiências ao mesmo tempo que colava os pedaços desta precária e irresponsável coligação. No final – a confirmar-se a solução de continuidade que os senhores Schaubel e Durão já incensaram antes mesmo de Cavaco a divulgar ao país – sobra um Paulo Portas diminuído politicamente mas com poderes reforçados no governo, agora alargado a novos ministros, e um Passos Coelho ainda mais irrelevante do que já era no tempo do consulado de Gaspar. No entanto, CDS e PSD trocam cândidas promessas de casamento com uma eventual fusão para as europeias. Mas no espírito de boa parte dos portugueses permanece a dúvida sobre quanto tempo se vai aguentar esta relação forçada entre Passos e Portas, que Cavaco agora impôs e que será sempre e enquanto durar a sua e a nossa ralação. Já quanto à substância das políticas – neste sofrido e empobrecido país que se afunda na maior recessão económica de que há memória, com o desemprego e o défice em níveis incomportáveis –, só mesmo os crentes ou os crédulos acreditam que possa vir aí algo de novo com esta gente à frente da governação, depois do clamoroso falhanço destes dois anos. O debate da nação, que terá lugar já esta sexta-feira no parlamento, poderá trazer à luz do dia aquilo que muitos verdadeiramente temem: a hipótese de um segundo resgate, que se suspeita ter sido a razão central da fuga apressada de Gaspar e a origem desta crise. Infelizmente, em vez de umas eleições politicamente clarificadoras e mobilizadoras do país, o Presidente da República preferiu este arranjinho de um governo recauchutado e com pés de barro.

O projecto global de estabilização das encostas de Santarém, cuja intervenção está avaliada em cerca de vinte milhões de euros, continua a aguardar a necessária e urgente atenção do governo que, infelizmente, tem assobiado para o lado. Esta semana, a delegação da Ordem dos Engenheiros de Santarém promoveu mais um debate sobre esta candente situação onde a esclarecida intervenção do eng^o Francisco Salgado, enquanto coordenador da equipa do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) responsável pelo estudo e acompanhamento da situação das barreiras, voltou a confirmar o elevado risco de derrocada das encostas que já não são monitorizadas há mais de dois anos. O instável equilíbrio geológico das barreiras de Santarém é preocupação antiga, confirmada nas actas do próprio registo histórico do município onde, ao longo de gerações, chegou a haver um pelouro com a responsabilidade directa das barreiras. O presidente Ricardo Gonçalves garantiu agora que já tem o compromisso do secretário de Estado das Obras Públicas de que a monitorização do estado das barreiras será retomada pelo LNEC a partir do segundo semestre. É essencial que o faça, mas exige-se mais. Sobretudo mais pressão e influência política para que o governo avance de vez com a autorização e a verba necessária ao projecto global de estabilização das encostas. E por isso se compreende e justifica neste caso o apelo de Ricardo Gonçalves a um pacto autárquico de regime onde todas as forças políticas remem para o mesmo lado, a bem de Santarém.

João Duarte